

MARIANA DELLA TORRE CONTI

**TALENTOS DO BRASIL: REFLEXÕES À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
CULTURAIS**

ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIA, INFORMAÇÃO E CULTURA

Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação - USP

São Paulo | Agosto de 2014

MARIANA DELLA TORRE CONTI

**TALENTOS DO BRASIL: REFLEXÕES À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
CULTURAIS**

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *latu sensu* em Mídia, Informação e Cultura, produzido sob a orientação da Professora Maria Bernardete Toneto

São Paulo

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo central analisar a atuação do programa Talentos do Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que desenvolve ações de incentivo à produção artesanal em comunidades rurais brasileiras. Ao longo do texto serão avaliados os lastros sociais, econômicos e culturais gerados nas comunidades e grupos participantes, a partir do conceito de políticas públicas culturais.

Palavras-chave: Talentos do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, artesanato, cultura popular, políticas públicas culturais.

ABSTRACT

This article is mainly aimed at analyzing the performance of Talentos do Brasil, a government project managed by the Ministry of Agrarian Development, which encourages the artisanal production in Brazilian rural communities. Throughout the text it will be evaluated the social, economic and cultural effects generated amidst the communities and participating groups, based on the concept of cultural public policies.

Keywords: Talentos do Brasil, Ministry of Agrarian Development, handicraft, popular culture, cultural policies.

RESUMEN

Este artículo está dirigido principalmente a analizar el desempeño de Talentos do Brasil, un programa del Ministerio de Desarrollo Agrario, que realiza actividades para fomentar la producción artesanal en las comunidades rurales de Brasil. A lo largo del texto se evaluará el lastre social, económico y cultural generado en las comunidades y los grupos participantes, con base en lo concepto de las políticas públicas culturales.

Palavras-chave: Talentos do Brasil, Ministerio de Desarrollo Agrario, artesanía, cultura popular, políticas culturales.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. POLÍTICAS CULTURAIS PÚBLICAS NO BRASIL.....	08
3. O ARTESANATO NO BRASIL.....	10
4. O TALENTOS DO BRASIL.....	13
5. ANÁLISE DO PROGRAMA TALENTOS DO BRASIL.....	16
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
7. BIBLIOGRAFIA.....	21

1. INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste artigo é desenvolver uma análise sobre a atuação do Talentos do Brasil, projeto criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2005, com o objetivo de promover a geração de trabalho e renda, por meio da capacitação das populações agrárias residentes em áreas rurais, para a criação de peças com base no conceito de moda artesanal. Atualmente o projeto une artesãs e artesãos de diversos estados, organizados em cooperativas, que, juntas, formam a Cooperúnica. A partir dessa iniciativa as comunidades têm a oportunidade de criar peças com as técnicas e materiais oriundos do local em que vivem, perfazendo um portfólio da marca com mais de 1500 produtos.

Este modelo de atuação será analisado à luz da concepção das políticas públicas culturais, que serão contextualizadas em um breve panorama do seu desenvolvimento no Brasil, com auxílio dos textos do pesquisador Antonio Albino Canelas Rubim. Será feita uma abordagem sobre o conceito de cultura concebido por Muniz Sodré, visando demonstrar a importância deste tema para a obtenção de um projeto global de desenvolvimento social.

Outro autor fundamental para a construção deste trabalho será Nestor Garcia Canclini, que fornecerá toda base teórica a respeito do artesanato e a sua inserção nas culturas contemporâneas. A fim de complementar este estudo serão utilizados dados e pesquisas que possam fornecer uma visão sobre a atual situação dos artesãos, sobretudo, aqueles que se enquadram no perfil de atuação do projeto, ou seja, mulheres agricultoras, residentes de áreas rurais. Com nesse referencial serão avaliados os lastros sociais, econômicos e culturais gerados nas comunidades e grupos participantes do Talentos do Brasil.

Para subsidiar esta pesquisa foram utilizados também dados fornecidos pela Coordenação do Talentos do Brasil, obtidos a partir da coleta de informações feita pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os dados referem-se à relação cadastral de artesãs e os números conquistados com a realização do projeto. Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com Mônica Batista, Consultora do projeto, e a coleta de documentos, depoimentos e entrevistas disponíveis na internet. Assim, espera-se construir uma visão global das ações desenvolvidas, propiciando então uma análise que identifique possíveis pontos de desenvolvimento do Talentos do Brasil, ao longo de sua atuação nos anos de 2005 a 2014.

Por fim, com a realização deste estudo, espera-se contribuir para o debate sobre o assunto das políticas públicas culturais, incentivar o seu aperfeiçoamento e, conseqüentemente, fornecer insumos para o aprimoramento do Talentos do Brasil e, em linhas gerais, subsidiar a melhora na qualidade de vida das pessoas que produzem o artesanato brasileiro.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO BRASIL

Durante séculos a cultura foi entendida apenas como uma concepção burguesa, como um caminho para a erudição, símbolo da hegemonia, poder e distinção social. Ao longo dos anos o conceito de cultura foi sendo modificado e ampliado para uma condição fundamental e primária da existência humana, passando a ser compreendido como um dos elementos centrais para as transformações sociais na contemporaneidade. A partir de então, a cultura deixa de ser enxergada apenas como entretenimento e, portanto, restrito às classes mais abastadas da sociedade, para ser considerada também como item inerente à condição do homem. Dessarte, o Estado evolui para estágio onde a cultura passa a ser vista como um direito do cidadão e que, portanto, deve ser integrada à agenda de políticas públicas, viabilizando o acesso da população a ela.

Para entendermos melhor a importância deste tema para a sociedade, assim como para o Estado, é necessário primeiramente conceituarmos o termo cultura. De acordo com Muniz Sodré cultura é todo o espectro gerado a partir do modo de relacionamento humano com o seu real (SODRÉ, 2005, p. 37). Marilena Chauí vai além desta definição e reforça a importância para a população de que o Estado assegure o direito à criação cultural.

É o trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação das obras de arte e como trabalho da inteligência e da reflexão na criação das obras de pensamento; como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades diferenciadas nas quais indivíduos, grupos e classes sociais possam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história e, portanto, como sujeitos culturais. (CHAUÍ, 1992, p.12).

Visto a importância da cultura para os cidadãos, para o Estado e também para a definição de uma identidade nacional, de acordo com os artigos 23 e 24 da Constituição Federal, é competência do Governo prover meios que assegurem o acesso da população à cultura, assim como, a criação de estratégias de preservação e fomento da diversidade cultural nacional. Para isso, como forma de atuação o Estado adota as políticas públicas, que de forma genérica, podem ser descritas como:

A escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis. (SIMIS, 2007, p.133)

Ao longo das décadas o Brasil vem evoluindo com a adoção de políticas públicas culturais que sejam adequadas à nossa realidade. Pode ser considerado um início desse movimento a concepção do Departamento de Cultura de São Paulo em 1935, que permaneceu sob a direção de Mário de Andrade até 1938. Durante este período, foram desenvolvidas importantes ações para a definição do que viriam a ser as políticas públicas culturais. Um importante marco nesse período foi a Missão de Pesquisas Folclóricas que promoveu uma expedição ao Norte e Nordeste do país para investigar os aspectos formadores da identidade nacional. Outro momento importante da gestão de Andrade foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atuando na área de preservação do patrimônio material.

Em 1975, ainda sob o regime Militar, o país teve um primeiro Plano Nacional de Cultura. Passado esse período, durante a redemocratização, foi criado o Ministério da Cultura, que teve durante o governo Sarney, em 1986, a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para financiar a cultura, a chamada Lei Sarney, que precede a atual Lei Rouanet e as demais leis de incentivo, como as municipais, Lei do Audiovisual, Lei de Incentivo ao Esporte, entre outras.

Somente a partir de 2003, durante os anos do governo Lula e, mais especificamente, na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, é que o Estado avançou significativamente no sentido de restituir o papel ativo no campo cultural. A ênfase da atuação do Ministério foi a de reivindicar um conceito de cultura mais amplo, dito “antropológico”, defende Antonio Albino Canelas Rubim, professor pós-doutor na Universidade Federal da Bahia (RUBIM, 2007, p.29). Assim, este novo modelo de gestão da cultura buscou criar políticas públicas culturais que favorecessem não apenas os produtores e as camadas mais privilegiadas da sociedade, mas, sobretudo, os fazeres culturais inerentes às populações das classes sociais mais baixas, das comunidades rurais, tradicionais, entre outras que não eram contempladas até então.

Apesar de até o momento não termos uma política cultural geral discutida com a sociedade e com abrangência nacional, esta gestão em específico, buscou, pela primeira vez, propor uma posição ativa do Estado nas políticas culturais. Diversos fatores contribuíram para que isso ocorresse. Um ponto a ser destacado é o nome internacionalmente conhecido de Gilberto Gil, devido à sua carreira musical. Com isso, o Ministério conseguiu assumir posições políticas importantes internacionalmente, como a luta pela diversidade cultural.

Em consequência disto, a gestão de Gil criou um dos mais importantes programas do Ministério até os dias de hoje, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, que tem como objetivo articular as comunidades em uma grande rede colaborativa, propiciando as trocas e intercâmbios entre elas e capacitá-las para que elas próprias possam gerir uma verba destinada à realização de atividades culturais. Isso representa que o Estado deixa de dizer quais produtos culturais os cidadãos devem se beneficiar, e cria meios para que a própria população possa escolhê-los e dar continuidade a eles mantendo-os vivo. Portanto, um grande passo para a restituição da democratização no campo cultural.

Apesar dos grandes avanços feitos neste último século nas políticas culturais no Brasil, o que é fundamental para a constituição de um país mais justo e solidário, o Estado ainda enfrenta grandes fragilidades institucionais. Políticas de financiamento da cultura distorcidas pela lógica das leis de incentivo, privilegiando muitas vezes a indústria privada. Centralização das ações do Ministério da Cultura apenas em determinadas regiões do país, favorecendo os estados com maior concentração de renda e reduzindo as possibilidades de acesso das populações que estão fora destas áreas. A ausência de uma política cultural geral, discutida com a sociedade e que adote ações propostas pela própria população.

3. O ARTESANATO NO BRASIL

Na visão de Nestor Garcia Canclini, o artesanato pode ser definido simplesmente como a produção manual, uma prática, evitando restringi-lo a um conjunto de objetos. O autor defende que o conceito não pode ser fixado a tipos ou técnicas específicas, pois o sentido e o valor deles estão sendo constantemente modificados, desde as técnicas empregadas no fabrico, até a recepção final. (CANCLINI, 1983, p. 134-135)

Essas atividades artesanais no Brasil são desenvolvidas, majoritariamente, por núcleos informais e familiares, constituídos, basicamente, por mulheres moradoras das regiões mais pobres do país e, muitas vezes, em áreas rurais longes dos grandes centros urbanos. Essa produção artesanal é, geralmente, feita de maneira intuitiva e sem aprendizado formal, utilizando as expressões ancestrais herdadas da cultura popular como técnica e como matéria-prima os materiais disponíveis no ambiente em que vivem.

Canclini ratifica esta ideia, oferecendo um breve panorama da produção artesanal nas zonas rurais do país:

Devido ao empobrecimento e ao caráter estacionário da produção agrícola, o artesanato aparece como um recurso complementar apropriado, e em alguns povoados converteu-se na principal fonte de renda. (...) Aumenta o ganho das famílias rurais, através da utilização das mulheres, das crianças e dos homens quando dos períodos de inatividade agrícola. (CANCLINI, 1983, p. 63)

Ao longo dos anos, com os estímulos turísticos e culturais, esse tipo de trabalho vem constituindo-se como uma atividade econômica geradora de renda para muitas famílias. De acordo com um levantamento feito em 2000, pela Secretaria do Desenvolvimento da Produção, órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, à época, o Brasil possuía 8,5 milhões de artesãos, responsáveis por movimentar R\$ 28 bilhões por ano, o que correspondia a 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Essa estimativa foi feita a partir do levantamento do número de artesãos, que era de aproximadamente 8,5 milhões de pessoas, considerando que cada uma delas recebia, em média, entre dois e três salários mínimos por mês com a venda de artesanatos. Estes dados corroboram com a ideia de que o artesanato extrapola o campo da atividade cultural e adentra também em um cenário de geração de renda e ocupação profissional. Além disso, contribui para a valorização da identidade cultural e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do microambiente em que o artesanato é produzido.

Apesar dos números apontarem um aparente crescimento do mercado artesanal e também da renda dos artesãos, por outro lado, é sabido que, historicamente, o artesanato é considerado como uma fonte de renda alternativa, adotado como profissão, majoritariamente, pelos grupos com menores oportunidades de emprego e com um nível de escolaridade que oferece poucas chances de trabalho no mercado convencional. E é justamente essa escassez de recursos que impele essas populações a buscarem alternativas em atividades informais para a sobrevivência, como a pesca, a agricultura de subsistência e o próprio artesanato.

Dessa forma, assim como outras fontes de rendas informais, o artesanato é uma escolha recorrente feita por mulheres que buscam conciliar o cuidado dos filhos, juntamente com a manutenção do lar, com uma opção de trabalho que permita uma maior maleabilidade de horários e não requeira, necessariamente, algum grau de formação escolar.

De acordo com o Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura, estudo conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2010, os índices de desenvolvimento são mensurados, quase que exclusivamente, por indicadores unidimensionais, como a renda per capita ou Produto Interno Bruto (PIB), quando na verdade deveria ser ampliada a percepção do que é desenvolvimento, abarcando outros critérios que

não apenas os econômicos. Sendo assim, o conceito de desenvolvimento passa a levar em conta “transformações socioeconômicas, políticas e culturais que possibilitem o bem-estar social, a sua expressão em diferentes modos de vida e formas participativas de organização política”.

Assim, tendo um conceito de desenvolvimento mais amplo e integral, é possível compreender a importância de alguns dos dados apresentados pela pesquisa do IPEA. Apesar de não terem sido encontrados estudos que venham a traçar um panorama completo socioeconômico dos artesãos brasileiros, uma das informações mais importantes que o Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura traz é o que diz respeito ao nível de informalidade nas profissões culturais, que chega a 62,9%. Isso representa que mais da metade das pessoas que trabalham nesta área não possuem carteira assinada ou são autônomos, evidenciando assim, uma situação ilegal no primeiro caso, e uma total falta de controle regulamentar das relações de trabalho em ambos os casos.

Outro dado bastante relevante para este estudo, diz respeito à divisão geográfica dos postos de trabalho nos segmentos culturais. De acordo com IPEA, os 13 maiores municípios brasileiros, ou seja, com mais de 1 milhão de habitantes, detém 41,5% de todas as ocupações do setor cultural, incluindo as atividades artesanais, que estão presentes em 65% dos municípios brasileiros. Esse dado é complementado com a informação de que, a média de pessoas que trabalham com o setor cultural e que possuem ensino superior, eleva-se com o aumento do porte dos municípios.

Com base nestas informações é possível identificar que as maiores oportunidades de renda e acesso à educação formal, estão concentradas apenas nos maiores municípios. Isso faz com que a média nacional de desenvolvimento do setor cultural se eleve, porém não contribui diretamente para a melhoria de vida das pessoas que trabalham com este segmento nas localidades rurais e mais afastadas dos grandes centros comerciais do país.

Por fim, a partir dessas informações expostas, é de grande importância salientar que as análises que mensuram o desenvolvimento do trabalho artesanal no Brasil, por mais que visem abordar indicadores relativos à renda e economia, não podem deixar de considerar as dimensões mais profundas de um projeto global da sociedade.

4. O TALENTOS DO BRASIL

O Talentos do Brasil é um projeto que está em funcionamento desde 2005 e foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, em parceria com o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Ministério do Turismo e colaboração da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) e a Agência de Cooperação Alemã, GIZ.

Segundo dados oficiais fornecidos pela Consultora do Talentos do Brasil, Mônica Batista de Souza, o projeto, apesar de ser composto, majoritariamente, por mulheres também contempla homens, totalizando cerca de 2.000 pessoas participantes. Entretanto, uma lista cadastral das entidades, fornecida também pela Consultora, aponta que, efetivamente, participam 12 grupos, provenientes dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Bahia, Amazonas, perfazendo 701 integrantes no projeto.

O escopo de atuação do Talentos do Brasil é a criação de estratégias que possibilitem o desenvolvimento, aperfeiçoamento e intercâmbio do artesanato produzido por associações de mulheres agricultoras. Com isso, espera-se atingir como resultado o desenvolvimento de produtos artesanais de qualidade, que tenham valor agregado e, que, sobretudo, gerem trabalho e renda. Assim, o Talentos do Brasil busca proporcionar meios para que viabilizem socialmente e financeiramente, a autonomia e a sustentabilidade de todos os envolvidos no projeto.

É importante explicitar que, majoritariamente, o público participante do Talentos do Brasil é composto por mulheres que residem em áreas rurais e que tenham como principal função econômica a agricultura familiar. Estas mulheres são estimuladas a produzirem peças artesanais com os materiais encontrados na biodiversidade local em que residem, utilizando as técnicas manuais já desenvolvidas pelas comunidades.

A partir da realização destas atividades, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, espera contribuir para a redução da pobreza, geração e complementação da renda familiar e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico local e sustentável. Também, em linhas gerais, o programa objetiva a valorização da identidade cultural brasileira, por meio da democratização dos saberes, da cultura e dos valores locais, apoiando a autonomia dos grupos produtivos. Patrícia Guimarães, Coordenadora do Talentos do Brasil reforça a importância da cultura para o projeto:

Um produto elaborado a partir da valorização cultural e da identidade faz com que elas comecem a sentir que são importantes no contexto, que são as atrizes principais, que sem o seu saber, não há história. A valorização do seu lugar, da sua história, de sua família é um resgate da humanização. (DOUEK, Daniel, 2012)

Para o cumprimento das ações, o programa foi estruturado em quatro eixos centrais que se delimitam e norteiam todas as ações do Talentos do Brasil:

O eixo Organização Produtiva consiste, basicamente, em organizar os grupos produtivos em cooperativas. Para isso, primeiramente, é definido o perfil produtivo do grupo, delimitando quais serão as principais características do artesanato produzido. Posteriormente, as comunidades recebem uma capacitação de quais serão as suas funções como uma cooperativa, como produzir, negociar, comercializar, entre outros. Por fim, são implementados processos e métodos eficazes de gestão, a fim de assegurar a continuidade da produção e venda como um todo.

No eixo Gestão, o Talentos do Brasil oferece aos grupos a oportunidade de aprimoramento das técnicas artesanais e dos processos de produção. Nesta etapa, de fato, são estruturadas as cooperativas, que são divididas da seguinte forma: as cooperativas singulares, que são cada um dos grupos integrantes do programa, e a cooperativa central (Cooperúnica), que reúne em um único CNPJ todos os grupos produtivos integrantes do projeto. O objetivo dessa junção é realizar vendas de médio e grande porte mais facilmente, além de ampliar as possibilidades de exposição dos produtos em feiras temáticas. Assim, portanto, os compradores podem comprar produtos de diversas comunidades produtoras, negociando apenas com um fornecedor, que é a cooperativa central.

Já no eixo Produto são destinadas equipes técnicas para uma consultoria especificamente sobre o artesanato final produzido pelas cooperativas. Nesta etapa, são realizados encontros técnicos com uma consultoria composta por especialistas do mercado de moda artesanal, visando avaliar as oportunidades de melhorias nos produtos, preparando-os para a venda e, conseqüentemente, adaptando-os ao padrão do mercado nacional. A equipe preocupa-se também em multiplicar conhecimentos, formando e profissionalizando lideranças aptas a desenvolver coleções.

O eixo Mercado é a etapa final do projeto, onde as cooperativas já organizadas, capacitadas e produzindo, têm a oportunidade de participar de feiras de negócios e eventos a fim de comercializar a produção artesanal final. Esta etapa, portanto, é determinante para a continuidade das cooperativas, assim como, do Talentos do Brasil.

Com base em toda esta estrutura conceitual, efetivamente, o modo de atuação do projeto consiste em elaborar coleções, a partir de oficinas com profissionais do mercado da moda, a fim de contribuir para o desenvolvimento criativo das artesãs e de gerar produtos que atendam aos padrões mercadológicos, podendo assim, serem comercializados em mercados segmentados. De acordo com a Consultora do projeto, também são oferecidas oficinas sobre Planejamento, Cooperativismo, Motivação, Marketing Promocional, Estratégias de Comercialização.

As coleções produzidas pelas cooperativas recebem o selo do projeto e são comercializadas individualmente, ou seja, por cada um dos grupos produtores, mas também são disponibilizados por meio da Cooperúnica que, atualmente, possui um portfólio com mais de 1500 produtos, como bolsas, roupas, artigos de decoração, entre outros. Entre os materiais utilizados, destacam-se a crina de cavalo, o couro e a escama de peixe, a lã de carneiro, as fibras, o látex, a madeira, o cipó. Esses materiais nas mãos das artesãs são utilizados em tradicionais técnicas manuais que fazem parte da identidade brasileira, como o crochê, o bordado, o macramê, o labirinto, as rendas renascença e irlandesa, o fuxico e a cerâmica.

Sendo assim, estilistas, arquitetos e designers, reconhecidos nacional e internacionalmente, como Ronaldo Fraga, Renato Loureiro, Jum Nakao e Heloísa Crocco, compartilham as suas experiências com as artesãs, em um formato de consultoria, adequando os produtos às exigências do mercado, mas mantendo as especificidades culturais de cada região. Um segundo ponto de ação destes profissionais é o estímulo ao desenvolvimento de coleções, fazendo com que os grupos mantenham uma frequência na criação de novas peças e, conseqüentemente, consigam acompanhar o ritmo produtivo do mercado da moda.

Patrícia Guimarães, Coordenadora do programa, detalha o formato em que a parceria entre estilistas e artesãs ocorre:

Quando o estilista é selecionado para trabalhar com determinada comunidade, a ideia é que haja uma integração de conhecimentos. A artesã leva uma amostra de seus produtos, apresenta as matérias-primas que existem na comunidade, e o estilista, com sua experiência da metrópole e do mercado, começa a discutir a criação de uma nova coleção. Antes, o estilista recebe uma orientação de acordo com a estratégia comercial (...). Nós temos um segmento turístico, um segmento para as grandes marcas, brindes institucionais.

Na confecção das peças são utilizadas apenas matérias-primas brasileiras, as quais são extraídas de maneira sustentável. Para isso, o projeto fez um estudo na região de cada uma das

comunidades participantes, a fim de elaborar um manual de sustentabilidade que reúna as práticas mais adequadas de extração da matéria-prima. Além disso, o Talentos do Brasil faz um trabalho de conscientização das comunidades e dos profissionais de moda.

Para a venda e distribuição das peças de artesanato, o Talento do Brasil viabiliza a participação das cooperativas do projeto em feiras e eventos de artesanato em todo o país. Essa estratégia é de suma importância para a comercialização dos produtos produzidos e também para a continuidade do próprio projeto, pois dá visibilidade aos produtos. Porém, de acordo com informações fornecidas pela Consultora, Mônica Batista de Souza, ao longo de 1 ano, os artesanatos foram expostos em apenas 7 feiras do segmento, não tendo nenhuma alternativa de comercialização fora deste período.

Apesar de o projeto ter sido criado em 2005, até o momento ainda não foram divulgados estudos que mensuram quantitativamente e qualitativamente os resultados obtidos. Porém, uma matéria divulgada no próprio site do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Março de 2013, aponta que entre o período de 2010 e 2012, o Talentos do Brasil movimentou cerca de R\$ 340 mil, o que equivale, portanto, a uma média de R\$ 114 mil por ano.

5. ANÁLISE DO PROGRAMA TALENTOS DO BRASIL

Em todos os textos constitutivos, justificativas de ação e posicionamento frente à imprensa, o MDA apresenta o projeto com um enfoque claro de “moda artesanal”, restringindo e solidificando todo o espectro de atuação das comunidades meramente ao âmbito econômico. Dessa forma, as ações de sustentabilidade dos materiais utilizados, o registro das técnicas artesanais, a autonomia cultural das comunidades e o estímulo ao desenvolvimento e continuidade das práticas culturais são abordados de maneira secundária pelo Talentos do Brasil.

Destarte, sem uma base conceitual que forneça uma diretriz clara de atuação para o projeto, as ações empregadas reduzem o artesanato a uma condição de técnica e viabilizam a sua continuidade por meio de sua inserção como uma alternativa de produção do mercado da moda. Para que isso ocorra, as peças são comercializadas no circuito existente, porém com um apelo diferenciado, que sensibilizam o comprador pelos estereótipos do que seria a cultura nacional brasileira, mas em produtos que foram plenamente adaptados aos padrões exigidos pelo atual mercado consumidor.

Porém, um ponto bastante relevante que surge ao inserir o artesanato e, conseqüentemente, a cultura frente à lógica do mercado é conseguir manter a continuidade das vendas dessas peças que, devido à sua essência manual, possuem um tempo maior de confecção, um custo nem sempre concorrente e um padrão diferenciado do habitual da indústria. Assim sendo, frente às crescentes possibilidades de reprodução de um sistema econômico que incita ao consumo e um mercado que está em constante modificação devido à necessidade de renovação estética e inovação, inserir os artesanatos produzidos pelo projeto na indústria pode representar, a priori, uma prática inviável e utópica, tendo em vista que os padrões estéticos podem ser reproduzidos facilmente pela indústria.

Um ponto importante como política pública seria o projeto criar estratégias formais de transferência de conhecimento e criação de canais perenes de escoamento da produção, para que as comunidades possam reassumir a propriedade dos meios de produção, definindo quais e como seriam as peças produzidas e também a distribuição e venda dos artesanatos. Isso faz com que as cooperativas apoderem-se das decisões e rumos que serão adotados para a continuidade da produção, independentemente da ajuda ou continuidade do projeto Talentos do Brasil, que, atualmente, financia a participação das comunidades em feiras e eventos.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o fato dos grupos produtivos estarem estruturados em pequenas cooperativas. Se por um lado isso representa um resgate da humanização das trocas de trabalho em toda a cadeia produtiva, já que a relação de empregador e empregado deixa de existir e, com isso, as artesãs têm a possibilidade de permanecerem dentro da comunidade doméstica, a qual fornece inspiração por meio dos bens simbólicos culturais, assim como, a matéria-prima para a confecção artesanal. Por outro, é importante evidenciar a tentativa do projeto de institucionalizar essas trocas, por meio da realização das oficinas, que visam padronizar os produtos de acordo com as exigências mercadológicas, como: Marketing Promocional, Motivação, Estratégias de Comercialização, entre outras.

Nessa perspectiva, então, as oficinas podem ser consideradas como uma tentativa de adaptação dos artesanatos a um padrão de produção meramente mercadológico, assim como as indústrias se constituem. Porém é da essência do artesanato que ele seja manual, humano, imperfeito e constantemente submetido a processos evolutivos com base nas trocas culturais e nos processos informais.

O fato de as oficinas fomentarem o desenvolvimento de coleções e a constante renovação das peças também pode ser considerado prejudicial do ponto de vista da cultura. As conseqüências desta diretriz podem ocasionar em um possível esgotamento criativo das

artesãs, esvaziando, portanto, as peças artesanais de sua essência e passando a incluí-las apenas na lógica de produção capitalista. Outro fator que contribui para que isso ocorra é o fato dos estilistas determinarem o que as artesãs devem produzir e reproduzir em seus artesanatos. Efetivamente, isso significa que o artesanato perde a sua essência e passa, simplesmente, a ser um produto da indústria de moda que utiliza técnicas manuais.

Sendo assim, como política pública, de acordo com os conceitos já mencionados neste estudo, o projeto é incompleto, pois deixa de adotar uma visão mais ampla, que abranja os critérios econômicos, sociais e culturais das comunidades envolvidas, focando apenas na modernização das técnicas empregadas para a produção artesanal, desconstruindo assim, toda uma cadeia de significações simbólicas das populações com os trabalhos manuais.

É importante salientar que não basta apenas "resgatar" a cultura popular, solidificando-a em um estereótipo e tornando-a folclore. Tampouco é suficiente prover recursos para incentivá-la e fomentá-la, sem que os indivíduos a reconheçam como parte de sua identidade, pois isso pode acarretar em uma inadequação das ações propostas frente às necessidades dessas comunidades. O que fica evidente então é o fato de que as cooperativas devem ser incorporadas nas tomadas de decisões que envolvam o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações adotadas.

Mesmo após quase nove anos de projeto, já que o Talentos do Brasil foi criado em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Agrário não publicou nenhum estudo sobre a efetividade das ações ao longo desses anos e tampouco faz a divulgação dos números conquistados. Assim, o Ministério e, conseqüentemente, a Secretaria de Agricultura Familiar, deixam de prestar contas à população, que é a maior interessada e, em uma perspectiva futura, não analisam dados que poderiam ser cruciais para o aprimoramento das políticas públicas culturais voltadas ao desenvolvimento do artesanato brasileiro. Ademais, os dados fornecidos e coletados sobre o projeto são divergentes, apontando uma possível falha no gerenciamento das ações e informações do Talentos do Brasil.

Com base nas pesquisas e no próprio panorama fornecido por Canclini, o Talentos do Brasil, a priori, se mostra bastante aderente às necessidades das populações residentes em zonas rurais, pelo fato de oferecer uma alternativa de fonte de renda sem que as atividades agrárias sejam prejudicadas. Por outro lado, este tipo de ação pode sugerir uma inabilidade do Governo em gerir políticas públicas que sejam mais efetivas para a erradicação da pobreza e até mesmo uma medida de contenção dessas populações nas zonas mais afastadas, evitando assim, que elas migrem para as grandes metrópoles em busca de trabalho.

De uma forma geral, portanto, os eixos que o projeto utiliza para estruturar toda a sua plataforma de atuação (Organização Produtiva, Gestão, Produto e Mercado), acabam por representar de maneira reduzida e distorcida as capacidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com isso, toda base do Talentos do Brasil se fixa em ações que poderiam ser desenvolvidas autonomamente pelo Sebrae, que é um dos principais parceiros do projeto, já que tem o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, estimulando o empreendedorismo no país.

Por fim, depois de explicitados os argumentos sobre a necessidade de uma abordagem mais abrangente por parte do das políticas públicas propostas pelo Estado, contemplando os aspectos econômicos, sociais e culturais, fica evidente no Talentos do Brasil a ausência de uma parceria ativa com o ministério da Cultura. Pois, apesar de ser um programa de estímulo ao empreendedorismo e geração de renda de comunidades rurais, em grande parte, a essência da produção artesanal se insere dentro do campo do saber e fazer cultural e da perpetuação da identidade nacional, extrapolando assim, o campo de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem por objetivo a promoção e o desenvolvimento agrário e seus temas correlatos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações dispostas neste estudo, tentou-se mostrar que o Brasil vem evoluindo na proposição de políticas públicas culturais que sejam mais aderentes às necessidades dos cidadãos e também aos desafios que surgem em decorrência do consequente desenvolvimento da sociedade. Porém, para que isso ocorra, é necessário que os Ministérios e o Governo como um todo passem a discutir as possibilidades de um projeto global de sociedade, que atue de maneira continuada propondo políticas públicas que sejam interligadas, com vistas no desenvolvimento cultural, econômico, social e político dos cidadãos.

A falta de iniciativas que estudem e pesquisem a produção artesanal brasileira e o perfil dessas comunidades produtoras, acaba por criar um campo de desconhecimento por parte do Governo, o que faz com que sejam propostas ações impositivas, muitas vezes satisfazendo apenas parte das necessidades dessas comunidades. Outro fator importante é a relação de dependência criada por projetos que financiam ações isoladas. Justamente por não compreender quais são as necessidades das cooperativas e grupos, efetivamente não são

criados canais perenes que permitam que as próprias artesãs consigam alavancar ações que assegurem a sua sustentabilidade, independentemente do auxílio do projeto.

Se, portanto, as políticas públicas culturais tem o intuito de oferecer diretrizes que venham a satisfazer o interesse público, seria engrandecedor do ponto de vista da diversidade cultural, que o projeto Talentos do Brasil considerasse a possibilidade de oferecer meios e conhecimento para que as próprias artesãs encontrem os caminhos para estabelecer uma relação harmônica entre a criação artesanal, os aspectos econômicos da comercialização das peças, as trocas com outros grupos e comunidades, e até mesmo a extração de matéria-prima do meio ambiente. A forma de atuação, portanto não pode ser definida em um padrão engessado, pois isso acaba por descaracterizar a singularidade das expressões culturais.

O valor simbólico implícito no artesanato é imensurável, pois não é da ordem monetária. Assim, para que o projeto possa adotar ações mais condizentes com a realidade de cada comunidade, os próprios artesãos devem também definir os padrões para a criação da sua arte, assim como quantificar o preço de sua venda, independentemente das imposições mercadológicas. Por outro lado, as políticas públicas devem voltar-se para a valorização desses bens materiais e imateriais, patrimônios que constituem a identidade do país, criando assim, possibilidades para que a cultura se mantenha viva e em constante circulação.

É fato que a complexidade imposta pelas sociedades contemporâneas e pela diversidade de nossa cultura dificultam a realização deste trabalho, sobretudo se considerarmos o tamanho do território brasileiro e a grandiosidade de nossa população, fazendo com que as dimensões sejam medidas em escalas continentais. Entretanto, é necessário um esforço conjunto entre cidadãos e Governo para que a tomada de decisões sobre os rumos das políticas públicas culturais sejam cada vez mais humanizados e democráticos.

Por fim, é importante mencionar que este trabalho aborda apenas um recorte do que as artesãs participantes do projeto Talentos do Brasil representam. Porém, é sabido que existem inúmeras possibilidades de aprofundamento neste tema que é tão diverso e representativo para a cultura brasileira.

7. BIBLIOGRAFIA

CALABRE, Lia (Org.). Política Culturais: Teoria e Praxis. São Paulo: Centro de Documentação e Referência Itaú Cultural, 2011. Disponível em: <<http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/04/Politica-Culturais-Teoria-e-Praxis.pdf>>. Acesso em 06.07.2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. As Culturas Populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico. In: O Direito à Memória. Anais do Congresso Internacional: “Patrimônio Histórico e Cidadania”, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico – Secretaria Municipal de Cultura, 1991. PMS, São Paulo, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em 12.05.2014.

COELHO NETTO, José Teixeira. Usos da cultura: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DOUEK, Daniel. O artesanato é fundamental para o crescimento econômico do Brasil, A Casa Museu do Objeto Brasileiro, 2012. Disponível em: <<http://acasa.org.br/ensaio.php?id=395&modo=>>>. Acesso em: 26.06.2014

FERNANDES, Fátima. Setor fatura R\$ 28 bi por ano e emprega 8,5 milhões de artesãos; desvalorização do real impulsiona exportações - Artesanato já movimentou 2,8% do PIB. Folha de São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1505200005.htm>>. Acesso em: 26.05.2014.

Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02.08.2014.

Ronaldo Fraga e outros estilistas participam do desfile Talentos do Brasil. O Globo, 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/ronaldo-fraga-outros-estilistas-participam-do-desfile-talentos-do-brasil-3606162>>. Acesso em: 15.07.2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). Políticas Culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

SODRÉ, Muniz. A Verdade Seduzida – Por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery. Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/idecultweb.pdf>>. Acesso em: 13.06.2014.

REDAÇÃO. Talentos transformam as vidas de mulheres brasileiras. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. <<http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias/talentos-transformam-vidas-de-mulheres-brasileiras>>. Acesso em: 15.05.2014.